DECISÃO SINGULAR DSG - G.ICN - 7868/2015

PROCESSO TC/MS	: TC/2178/2014
PROTOCOLO	: 1475094
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE
RESPONSAVEL	: ALCIDES JESUS PERALTA BERNAL
CARGO DO RESPONSAVEL	: PREFEITO MUNICIPAL
ASSUNTO DO PROCESSO	: CONCESSÃO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA
ORGÃO JULGADOR	: JUÍZO SINGULAR
RELATOR	: CONS. IRAN COELHO DAS NEVES
INTERESSADO	: APARECIDA GARCIA RODRIGUES

EMENTA

CONCESSÃO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA – TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS EXIGIDOS - PROVENTOS INTEGRAIS – PELO REGISTRO.

O processo em epígrafe se refere à concessão de Aposentadoria Voluntária por tempo de contribuição à servidora, outorgada pela Prefeitura Municipal de Campo Grande, através do Decreto "PE" nº 148, de 27 de janeiro de 2014, publicado no DIOGRANDE nº 3.942, de 28 de janeiro de 2014.

A Inspetoria de Controle Externo de Atos de Pessoal se manifestou através da ANA - 3165/2015 (análise da documentação, tempo de contribuição, legalidade e tempestividade) pelo registro da aposentadoria, tendo em vista que o direito que a ampara está previsto nos artigos 6º e7º, da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2.003, e artigo 2º da Emenda Constitucional nº 47 de 5 de julho de

2.005 c/c o artigo 24, inciso I, alínea "c", e artigos 65 e 67 da Lei Complementar nº 191 de 22 de dezembro de 2.011, a qual foi concedida através do Decreto “PE” nº 148/2014.

O Ministério Público de Contas analisou os documentos acostados e por meio do PAR - MPC - GAB.7 DR.JAC - 10067/2015 opinou pelo registro da aposentadoria em apreço, à medida que os documentos encartados nos autos demonstram que foram cumpridas todas as exigências regimentais e legais pertinentes.

É o relatório.

Conclusos vieram-me os presentes autos para decisão.

Cumpridos os pressupostos processuais, estando regularmente instruído, passo ao exame do mérito, nos termos do artigo 112, Parágrafo único, II, “b” do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Normativa nº76/2013.

Diante do exposto, nos termos do artigo 21, inciso III, e artigo 34, inciso II, ambos da Lei Complementar n° 160, artigos 9º, 10, I, e 173, II, “b”, todos do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, acolho o parecer ministerial e passo a decidir.

DECIDO:

1- Pelo **REGISTRO** do ato de Aposentadoria Voluntária, com proventos integrais, por parte do Instituto Municipal de Previdência de Campo Grande, à servidora **APARECIDA GARCIA RODRIGUES**, inscrito no CPF n° 200,049.901-53 (Cargo – Auxiliar de Serviços Diversos).

2- Pelo retorno dos autos à Inspetoria de Controle Externo de Atos de Pessoal para as anotações de estilo, nos termos do art.174, II, “a”, do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013;

É a decisão.

Publique-se, nos termos do art. 50, I, da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 70, § 2º, do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013;

Campo Grande-MS, 20 de outubro de 2015.

Cons. Iran Coelho das Neves
Relator